



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portal.periodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



A semana camponesa do centro educacional do PAD-DF¹: um diálogo com os princípios da educação do campo

The peasant week of the PAD-DF educational center: a dialogue with the principles of rural education

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2742

ARK: 57118/JRG.v8i19.2742

Recebido: 24/11/2025 | Aceito: 28/11/2025 | Publicado on-line: 30/11/2025

Diana Nara da Silva Oliveira²

<https://orcid.org/0000-0003-2710-1904>

<http://lattes.cnpq.br/3536477899440186>

Universidade Estadual do Ceará, CE, Brasil

E-mail: diana.nara@uece.br

Vanilson José Lourenço³

<https://orcid.org/0009-0003-6056-8706>

<http://lattes.cnpq.br/1871540338533858>

Universidade de Brasília, DF, Brasil

E-mail: vanilsonjoselourenco@yahoo.com.br



Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os princípios da Educação do Campo que dialogam com a Semana Camponesa, realizada no Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (CED PAD-DF). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida sob a forma de pesquisa participante, considerando a inserção de um dos autores na coordenação e execução do evento. A abordagem adotada é descritivo-reflexiva, com apoio em pesquisa bibliográfica fundamentada nos referenciais da Educação do Campo e da Pedagogia do Movimento. A experiência ancora-se na concepção de educação contextualizada e contra hegemônica, pautada no trabalho, na organização coletiva e na auto-organização como princípios formativos. Os resultados evidenciam que a Semana Camponesa constitui-se como uma práxis educativa e emancipadora, que integra saberes populares e escolares e acadêmicos, valoriza as identidades camponesas e fortalece o vínculo entre escola, território e comunidade. Ao longo de sua trajetória, o evento consolidou-se como espaço de resistência, diálogo e transformação pedagógica, reafirmando que a Educação do Campo ultrapassa a condição de modalidade de ensino e se concretiza como um projeto político-pedagógico de emancipação humana.

Palavras-chave: Educação do Campo. Semana Camponesa. Práxis Educativa. Emancipação. CED PAD-DF.

¹ Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal.

² Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará.

³ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás.

Abstract

This article aims to reflect on the principles of Rural Education that dialogue with the Peasant Week, held in the Educational Center of the Program of Directed Settlement of the Federal District (CED PAD-DF). It is a qualitative research, developed in the form of participant research, considering the insertion of one of the authors in the coordination and execution of the event. The approach adopted is descriptive-reflective, with support in bibliographic research based on the references of Field Education and Movement Pedagogy. The experience is anchored in the conception of contextualized and anti-hegemonic education, based on work, collective organization and self-organization as formative principles. The results show that the Peasant Week is constituted as an educational and emancipatory praxis, which integrates popular and scholastic and academic knowledge, values peasant identities and strengthens the bond between school, territory and community. Throughout its history, the event has been consolidated as a space of resistance, dialogue and pedagogical transformation, reaffirming that Field Education goes beyond the condition of teaching modality and is realized as a political-pedagogical project of human emancipation.

Keywords: Rural Education. Peasant Week. Educational Praxis. Emancipation. CED PAD-DF.

1. Introdução

A trajetória da Educação do Campo no Brasil é marcada por tensões entre práticas históricas de exclusão dos povos do campo e as lutas pela democratização do acesso à educação, pela oferta, manutenção e permanência escolar e pela valorização da identidade camponesa. Conforme destaca a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI, BRASIL, 2012), o paradigma da Educação Rural emergiu no ordenamento jurídico brasileiro nas primeiras décadas do século XX, tendo como finalidade central elevar a produtividade agrícola. Contudo, tal modelo respondia aos interesses do patronato, uma vez que buscava controlar os trabalhadores e subordinar os processos educativos à lógica da formação de mão de obra e à conformação de sujeitos dóceis às necessidades do capital agrário. Essa concepção desconsiderava os saberes tradicionais transmitidos entre gerações, reforçando preconceitos sobre o suposto “atraso cultural” do homem e da mulher do campo, ao mesmo tempo em que negava o direito a uma educação que reconhecesse e valorizasse suas identidades, histórias e modos de vida.

De acordo com Costa e Cabral (2016), a Educação Rural historicamente se configurou como um mecanismo de alienação e subordinação, atuando como extensão da educação urbana voltada à formação da força de trabalho e à produção de mercadorias. Nesse contexto, as práticas pedagógicas, por serem descontextualizadas da realidade e da vida camponesa, silenciam vozes, desvalorizam saberes locais e impõem um conhecimento tido como universal, produzindo relações assimétricas de poder e exclusão. Essa estrutura, marcada pela ausência de diálogo entre escola e território, distancia o sujeito camponês do processo formativo e de sua própria identidade.

Em contraposição a esse modelo hegemônico, emerge a Educação do Campo, fruto de um processo histórico de resistência protagonizado pelos movimentos sociais camponeses. Essa perspectiva educativa busca romper com a ideologia dominante e construir uma proposta pautada na valorização dos saberes, das vivências e das práticas sociais do campo. Para Freitas (2010), trata-se de uma concepção

comprometida com a transformação social, orientada pela formação integral do ser humano — em suas dimensões afetiva, criativa, ética e coletiva.

A Educação do Campo enquanto concepção epistemológica existe há cerca de 27 anos, e esse período é marcado por grandes desafios, retrocessos, mas acima de tudo, muitos avanços, tendo ganhado visibilidade na I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 1998, em Luziânia (GO). Nessas quase três décadas, os sujeitos coletivos vêm afirmando a Educação do Campo como política pública, ainda que seja carregada de contradição, pois embora financiada pelo Estado, existe toda uma pressão, uma luta dos movimentos sociais para sua materialização (Oliveira, 2023), nesse sentido a Educação do Campo nasceu e se desenvolve em meio a projetos de educação.

Neste artigo, objetiva-se refletir sobre os princípios da Educação do Campo que dialogam com a Semana Camponesa, realizada no Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (CED PAD-DF). A reflexão parte da seguinte questão-problema: em que medida a Semana Camponesa realizada no CED PAD-DF dialoga com os princípios da Educação do Campo?

2. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e participante, orientada pelos princípios teórico-metodológicos da Educação do Campo, uma pesquisa fundamentada na perspectiva teórico metodológica do Materialismo Histórico Dialético. Fundamenta-se na compreensão de que a produção de conhecimento se constrói na relação entre teoria e prática, entre sujeitos e territórios, considerando a realidade social como um campo de contradições e possibilidades formativas.

A etapa bibliográfica teve como objetivo analisar os princípios orientadores da Educação do Campo, tomando como base três princípios formativos- 1. **Trabalho** (Marx, 1976; Urchei, 2017; Frigotto, 1999; Ciavatta, 2012; Saviani, 2003; Costa, 2019); 2. **Organização Coletiva** (Urchei, 2017; Ribeiro, 2011); 3. **Auto-organização** (Caldart, 2024; Molina; Sá, 2012).

Essas categorias permitiram compreender a Educação do Campo como um projeto político-pedagógico comprometido com a emancipação humana e com a formação integral dos sujeitos do campo. Nesse sentido, reconstruir a escola do trabalho no contexto brasileiro e neoliberal requer uma pedagogia ancorada no pensamento socialista, que, conforme Caldart (2024, p. 120), orienta-se por duas dimensões fundamentais: 1. Pensar a intencionalidade educativa da escola, articulando as categorias natureza–trabalho–sociedade; 2. Compreender a escola como totalidade pedagógica, considerando os sujeitos, o território, o conhecimento científico e os diferentes tempos e espaços formativos.

Nessa perspectiva, é importante reconhecer a escola do campo (CED PAD-DF) **-a escola do trabalho como laboratório vivo para pensar e repensar as finalidades da educação**. A concepção de Educação do Campo aqui defendida vem sendo construída há mais de duas décadas, com base nos princípios formativos e pedagógicos da Pedagogia do Movimento, que, por sua vez, se alimenta epistemologicamente da Pedagogia Socialista. Esta pedagogia busca, como explica Caldart (2024, p. 108), “trazer elementos da nossa construção pedagógica sobre os caminhos de transformação da escola e pensar sobre formas de diálogo com categorias pedagógicas da constituição do projeto educativo da Revolução Russa”.

Desse modo, a Educação deve estar vinculada às lutas históricas pela transformação social e pela transformação do campo, compreendendo a necessidade

de romper com a forma escolar tradicional, impregnada por traços do latifúndio, do escravismo e da marginalização das classes trabalhadoras, bem como por currículos e práticas descontextualizadas. Essa forma escolar dualista perpetuou a separação entre aqueles que dominam e detêm os meios de produção e aqueles que são dominados e vendem sua força de trabalho. Assim a educação assume uma concepção de reprodução da classe hegemônica reproduzindo os ideários neoliberais e de classe.

Partindo dessa crítica à forma escolar disseminada historicamente no país baseada na educação bancária denunciada por Freire propomos a Educação do Campo como prática contra hegemônica que, da concepção teórico metodológica da Pedagogia do Movimento e da Pedagogia Socialista, busca reconstruir a relação entre Educação, Escola e Trabalho, por meio da concepção do trabalho socialmente útil, ou seja do trabalho como categoria fundante e não a partir da concepção de trabalho alienado. Essa reconstrução ocorre através da incorporação dos temas geradores ou, na terminologia contemporânea adotada pela Educação do Campo, do **inventário da realidade**. Tal proposta, como afirmam Molina e Sá (2012, p. 324), “se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital”, ao passo que reafirma a relação orgânica entre trabalho como princípio educativo e formação humana em suas múltiplas dimensões.

A pesquisa também incorporou uma dimensão de campo, desenvolvida por meio da pesquisa participante junto ao Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (CED PAD-DF). Essa abordagem foi escolhida por permitir o envolvimento direto dos pesquisadores nas atividades analisadas, particularmente na Semana Camponesa, enquanto sujeito integrante do processo educativo. Foram utilizados como instrumentos de coleta e análise: diários de campo, registros fotográficos, roteiros e documentos institucionais produzidos no âmbito do evento.

A articulação entre pesquisa bibliográfica e participante possibilitou integrar fundamentos teóricos e experiências concretas, revelando como os princípios da Educação do Campo se materializam nas práticas pedagógicas do CED PAD-DF, especialmente no contexto da Semana Camponesa, compreendida aqui como espaço formativo, político e cultural de reafirmação dos saberes, da identidade e da resistência camponesa.

3. Resultados e Discussão

A proposta formativa do Movimento Sem-Terra inspira e fundamenta a concepção da Educação do Campo, estrutura-se a partir de matrizes pedagógicas que articulam elementos políticos, culturais, históricos e sociais, concebendo a educação como prática de liberdade e instrumento de transformação social e da forma escolar. Essas matrizes se organizam em cinco categorias centrais: 1. Trabalho; 2. Luta Social; 3. Organização Coletiva; 4. Cultura; 5. História.

O trabalho, enquanto categoria central do materialismo histórico dialético, é compreendido, na perspectiva de Marx (1976), como o princípio fundamental da humanização do ser humano. Nessa direção, o autor afirma que, diferentemente dos demais animais, o homem possui a capacidade de planejar suas ações de maneira intencional e consciente, transformando e construindo o seu meio. Ao transformar a natureza em meios de subsistência e de produção, controlando e executando sua ação por intermédio de seus próprios membros, o ser humano desenvolve novas

características e habilidades, constituindo-se como sujeito histórico capaz de intervir e transformar a realidade (Costa, 2019).

Essa concepção de trabalho ultrapassa a dimensão meramente produtiva e assume caráter ontológico e educativo, pois é por meio da atividade prática e criadora que o homem se forma, conhece o mundo e a si mesmo. Nessa perspectiva, Saviani (2003) retoma o pensamento marxiano ao afirmar que o trabalho é o princípio educativo por excelência, uma vez que, ao produzir os meios de sua existência, o ser humano também produz conhecimento, cultura e consciência. Assim, compreender o trabalho como categoria fundante da existência humana implica reconhecer sua centralidade na formação integral do sujeito e na construção de uma educação voltada à emancipação e à transformação social.

O trabalho como princípio educativo remete à sua relação intrínseca com a educação, sustentando o caráter formativo de ambos enquanto ações humanizadoras que promovem o desenvolvimento integral das potencialidades do ser humano. Seu campo de fundamentação teórica é o materialismo histórico dialético, que compreende o trabalho como a atividade por meio da qual o homem produz os meios de sua existência, tanto nos aspectos materiais quanto culturais - isto é, na criação de conhecimentos, de bens simbólicos e nas formas de sociabilidade que constituem a vida em sociedade (MARX, 1979).

Nessa direção, Saviani (2003) reafirma que o trabalho é o princípio educativo por excelência, pois é a partir da prática social concreta que o ser humano se forma, transforma a realidade e se reconhece como sujeito histórico. A educação, nesse sentido, deve possibilitar a apropriação crítica dos saberes produzidos historicamente pela humanidade, de modo que o indivíduo compreenda as condições materiais de sua existência e atue na sua transformação. Frigotto (1999) amplia essa concepção ao enfatizar que a articulação entre trabalho, educação e emancipação constitui o eixo central da formação humana, uma vez que somente pela compreensão crítica da realidade é possível superar as formas de alienação impostas pelo modo de produção capitalista. Assim, o trabalho, entendido em sua dimensão ontológica e educativa, assume um papel essencial na construção de uma educação comprometida com a libertação e a justiça social.

Neste artigo, o foco analítico recai sobre três categorias específicas: **Trabalho, Organização Coletiva e Auto-organização** - por compreender-se que elas dialogam de modo mais direto e profícuo com a proposta educativa desenvolvida pelo CED PAD-DF, constituindo-se como eixos formativos que expressam a articulação entre educação, prática social e emancipação humana no contexto da Educação do Campo.

Tendo o trabalho como categoria basilar para a construção de uma educação revolucionária a Pedagogia do Movimento articulada a Pedagogia Socialista - bases teóricas e empíricas para a Educação do Campo compreende o trabalho como dimensão ontológica do ser humano, enquanto princípio educativo, não apenas como atividade produtiva e de reprodução social, mas como processo fundante que produz bens material e simbólico e possibilita novas relações sociais. No campo educativo, o trabalho é articulado ao conhecimento científico e aos saberes populares, sendo elemento estruturante do currículo, interrelacionando o currículo com as práticas de produção e reprodução da vida no campo. Entendemos que o trabalho enquanto categoria ontológica é basilar no processo de humanização do homem, assume tarefa de ser um princípio educativo, “neste caso, remetemos à relação entre o trabalho e a educação, segundo a qual se reconhece o caráter formativo de ambos como ações

humanizadoras, determinadas por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (Costa, 2019, p. 15510).

Essa matriz formativa se expressa na vinculação orgânica entre a pesquisa acadêmica e as práticas concretas do trabalho camponês, promovendo uma formação que integra a produção de conhecimento com o compromisso político e ético com as comunidades rurais (Urchei, 2017; Frigotto; Ciavatta, 2012). Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser compreendido apenas como atividade produtiva e passa a ser reconhecido como ato educativo e prática social transformadora, na qual o sujeito se forma ao intervir na realidade e ao transformar a natureza segundo suas necessidades e finalidades históricas.

Assim, a relação entre trabalho e educação assume um sentido emancipador, na medida em que promove o vínculo entre teoria e prática, entre a reflexão crítica e a ação coletiva, rompendo com a fragmentação imposta pela lógica capitalista. Como enfatiza Frigotto (2012), o trabalho, ao ser tomado como princípio educativo, constitui-se em categoria fundante da formação humana, pois possibilita a compreensão das contradições sociais e o desenvolvimento da consciência crítica sobre as relações de exploração e desigualdade.

No contexto da Educação do Campo, o trabalho adquire um significado ainda mais profundo, pois está diretamente ligado à produção da vida e à preservação dos modos de (re) existência camponesa. Conforme Urchei (2017), o trabalho pedagógico deve emergir das experiências concretas do campo, articulando os saberes da terra, da coletividade e da luta social, de modo a reconhecer o campesinato como sujeito produtor de conhecimento e de cultura. Essa concepção sustenta a construção de uma formação omnilateral em uma concepção real de formação integral, que integra o fazer manual e o pensar reflexivo, e fortalece a escola como espaço de resistência, autonomia e transformação social.

A partir dessa compreensão do trabalho como princípio educativo e categoria fundante da formação humana, emerge a necessidade de pensar as práticas pedagógicas em sua dimensão coletiva e emancipatória. Se o trabalho expressa a relação do ser humano com a natureza e com o mundo social, é na organização coletiva que se materializa a dimensão política dessa prática, possibilitando a construção de espaços de solidariedade, partilha e decisão comum. Ao mesmo tempo, a auto-organização representa o desdobramento subjetivo e formativo desse processo, na medida em que os sujeitos assumem o protagonismo na condução de suas aprendizagens e na transformação do contexto em que vivem. Assim, **trabalho, organização coletiva e auto-organização** compõem um tripé formativo indissociável, que dá sentido à proposta educativa do CED PAD-DF e expressa a centralidade da prática social como eixo da formação crítica e transformadora na Educação do Campo.

A organização coletiva é vista como meio para potencializar a ação transformadora e construir a unidade dos trabalhadores, superando o isolamento e fortalecendo a atuação política. Nos espaços educativos, traduz-se em metodologias participativas e na construção coletiva do conhecimento. A organização coletiva permeia desde a proposta curricular através de elaboração em diálogo com movimentos sociais, universidades e comunidades até as práticas de tempo-universidade e de tempo-comunidade, nas quais educandos, educadores e organizações parceiras constroem juntos os processos formativos (Urchei, 2017; Freitas et al., 2013).

A auto-organização representa o desdobramento mais avançado do processo formativo e político da Educação do Campo, pois traduz o movimento de autonomia e

protagonismo dos sujeitos na condução de suas próprias aprendizagens e na construção coletiva do projeto educativo. Conforme Molina (2017), a auto-organização expressa a capacidade dos sujeitos do campo de se reconhecerem como autores e gestores de seus processos formativos, assumindo responsabilidade na tomada de decisões e na condução das práticas pedagógicas.

Para Caldart (2012), a auto-organização é um princípio que reforça a dimensão emancipadora da educação, uma vez que forma sujeitos capazes de intervir na realidade de maneira crítica e consciente. Ela não se limita à autonomia individual, mas se constrói na autonomia coletiva, que se dá nas relações de confiança, cooperação e diálogo entre educadores, educandos e comunidade. Arroyo (2011) ressalta que essa experiência de auto-organização é parte do processo de formação humana, pois educar-se implica aprender a se organizar, a se mobilizar e a participar ativamente da vida social.

Nessa mesma direção, Paulo Freire (1996) já afirmava que a autonomia é resultado de uma prática educativa libertadora, construída no exercício do diálogo e da reflexão crítica sobre o mundo. Assim, a auto-organização constitui um ato político e pedagógico, no qual o sujeito se forma como agente histórico, desenvolvendo consciência de si e do coletivo, e compreendendo que a transformação social é fruto da ação organizada e consciente dos oprimidos.

No contexto do CED PAD-DF, a auto-organização manifesta-se nas experiências em que educandos e educadores participam ativamente do planejamento, da gestão e da avaliação das atividades formativas, reafirmando o caráter participativo e emancipador da proposta pedagógica. Dessa forma, a auto-organização consolida o princípio da autonomia construída na coletividade, reafirmando o compromisso político da Educação do Campo com a formação de sujeitos críticos, solidários e transformadores de sua própria realidade.

História e identidade do Centro Educacional do PAD-DF

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Centro Educacional do PAD-DF (CED PAD-DF) nasceu do desejo e da necessidade da comunidade rural do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF) em garantir uma educação pública, acessível e de qualidade para seus filhos e moradores.

Antes mesmo da construção da sede atual, o processo educativo na região teve início com a atuação da professora Neusa Gato, reconhecida como pioneira da educação local. Convidada pelos próprios moradores, em sua maioria agricultores vindos do Rio Grande do Sul, Neusa iniciou as aulas em uma sala improvisada na Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (COOPA-DF). A primeira turma começou em 1º de agosto de 1988, com apenas oito estudantes, número que rapidamente cresceu para mais de trinta ao final do primeiro mês. As aulas ocorriam em uma única turma multisseriada, que atendia da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

Com o aumento da demanda por vagas e melhores condições de ensino, a sala cedida pela cooperativa tornou-se insuficiente. Em resposta, a própria comunidade organizou-se coletivamente e, ainda em 1988, durante o governo de José Aparecido de Oliveira, foi inaugurada a sede própria da escola, então denominada Centro de Ensino de 1º Grau do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF).

Transformação e expansão da instituição

Com a Lei nº 2.636, de 6 de dezembro de 2000, a instituição foi oficialmente transformada em Centro Educacional do PAD-DF (CED PAD-DF), consolidando uma nova proposta pedagógica voltada para o atendimento dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e dos 2º e 3º Segmentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Até o ano de 2014, o CED ainda atendia os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, cuja última turma se formou nesse período. A partir de então, a escola passou a concentrar-se exclusivamente nos segmentos mais avançados da educação básica, ampliando sua atuação junto aos jovens, adultos e trabalhadores do campo.

Atualmente, o CED PAD-DF é reconhecido como a maior escola do campo do Distrito Federal, atendendo cerca de 1.079 estudantes, distribuídos em 41 turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Abrangência e comunidade atendida

A instituição recebe estudantes de diversos núcleos rurais do Distrito Federal e também de cidades do entorno, abrangendo um território amplo e diverso: **Núcleos rurais do DF:** Capão Seco, Café Sem Troco, Quebrada dos Neres, Quebrada dos Guimarães, Lamarão, Riacho Frio, Itapeti, Porções, Sussuarana, Santa Bárbara, Três Conquistas, Progresso, Acampamento Esperança, Miunça, Cariru, Buriti Vermelho e Jardim II; **Assentamentos:** Patrícia e Aparecida; **Cidades goianas do entorno:** Marajó, Alphaville e Campos Lindos (distrito de Cristalina-GO); **Diversas fazendas da região rural do PAD-DF.**

O CED PAD-DF é referência regional por ser a única escola da localidade a oferecer o Ensino Médio e os três segmentos da EJA, configurando-se como um espaço de formação, inclusão e resistência para os sujeitos do campo. Sua estrutura é mantida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), com apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), reafirmando o compromisso público com uma educação democrática e socialmente referenciada.

A semana camponesa CED PAD-DF e o diálogo curricular com a Educação do Campo

O projeto Semana Camponesa do CED PAD-DF é um evento escolar que acontece anualmente e se encontra na sua XI edição, ele representa um espaço de intercâmbio e reflexão sobre as questões agrárias e as perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Neste evento, procura-se envolver a participação de movimentos sociais do campo, além de representantes de universidades, em uma proposta que valorize o diálogo e a troca de experiências, saberes e produção de alimentos da comunidade.

O foco da Semana Camponesa está na discussão de temas fundamentais, como o trabalho rural, a agroecologia e o uso sustentável dos recursos hídricos, proporcionando uma abordagem prática e reflexiva sobre as questões ambientais e sociais que envolvem a produção agrícola no Brasil bem como no território em que a instituição está inserida. Além disso, o evento trata de temas atuais e seus impactos diretos sobre os trabalhadores do campo. A ação, acontece no mês de maio e conta com a participação da comunidade escolar e de convidados de outras instâncias para o ciclo de debates.

O Projeto Semana Camponesa consiste na realização, dentro do Centro Educacional do PAD-DF, de um ciclo de palestras e oficinas com temáticas relacionadas à questão do campo, tendo como propósito desenvolver um olhar que inclua a perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e dos movimentos

sociais. Exibição de documentários e vídeos, além de momentos de festividades com o intercâmbio da produção das comunidades do entorno na escola. O evento encerra-se com uma Cavalgada onde acontecem desfiles e apresentações evidenciando a cultura camponesa dos sujeitos envolvidos. O objetivo é envolver a comunidade, os movimentos sociais do campo e as Universidades para dentro da escola, numa perspectiva de intercâmbio, de troca de experiências e conhecimentos acerca da realidade agrária brasileira, abrangendo discussões sobre o trabalho no campo, agroecologia, uso sustentável dos recursos hídricos, reformas da Previdência e Trabalhista e seus impactos sobre o trabalhador do campo, apresentações de cultura popular e dos trabalhos construídos pelos estudantes da EJA do PAD DF, além de diversas oficinas relacionadas ao universo da Educação do Campo.

O Projeto materializa, no âmbito do CED PAD-DF, os princípios pedagógicos e formativos que fundamentam a Educação do Campo, especialmente aqueles discutidos anteriormente - **trabalho, organização coletiva e auto-organização**. Ao promover um ciclo de palestras, oficinas e atividades culturais voltadas à realidade agrária brasileira, o projeto reafirma o trabalho como princípio educativo, na medida em que articula o fazer produtivo do campo à reflexão crítica sobre as condições sociais, políticas e econômicas que o atravessam. A organização coletiva se expressa na mobilização conjunta de estudantes, educadores, comunidade, movimentos sociais e universidades, construindo um espaço de diálogo e cooperação que fortalece a dimensão comunitária da escola. Já a auto-organização se manifesta na participação ativa dos sujeitos do campo, especialmente os estudantes da EJA na elaboração, execução e socialização das experiências formativas. Assim, a Semana Camponesa configura-se como um exercício concreto de práxis educativa, em que a escola se abre à comunidade, integra saberes populares e científicos e reafirma seu compromisso com uma educação crítica, emancipadora e socialmente comprometida.

Historicamente o CED PAD-DF constitui uma importante referência para a Educação do Campo na região do Distrito Federal, por seu compromisso com a formação integral dos sujeitos e com a valorização das práticas, saberes e identidades camponesas. A instituição está situada em um território marcado por fortes contradições socioeconômicas e ambientais, localizado no coração de uma área de predominância do agronegócio, cuja lógica produtiva expressa de forma concreta as tensões entre o capital e o trabalho no campo brasileiro.

Embora seja possível identificar experiências de agricultura familiar e camponesa na região, a atividade agrícola predominante é o agronegócio, caracterizado pela “produção agrícola intensiva e extensiva, uso de agrotóxicos, retirada total da vegetação e automação do processo de produção. É uma agricultura centrada em modelo de monocultivos para a produção de commodities dirigido ao mercado exportador (soja e milho)” (Lourenço, 2023, p. 19). Em pesquisa realizada por Lourenço (2023) confirma que a monocultura constitui a base da produção local, evidenciando o domínio de um modelo de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que moderniza a produção, expropria o ser humano e o território, reforçando desigualdades e a lógica capitalista de exploração da terra e do trabalho.

Nesse contexto de contradições, o CED PAD-DF assume um papel estratégico e contra hegemônico, atuando como espaço de resistência e reconstrução da identidade camponesa por meio de práticas contextualizadas e da Educação do Campo. A escola se coloca como laboratório social e pedagógico, onde é possível pensar e repensar as finalidades da educação, confrontando a lógica da escola tradicional e reconstruindo os sentidos de pertencimento, coletividade e emancipação.

As inquietações que deram origem à Semana Camponesa em 2014 surgiram a partir de uma pesquisa realizada com os estudantes da instituição, cujas respostas revelaram um distanciamento entre o ensino ofertado e a realidade vivida. Perguntas como “Quais os motivos para tanto desinteresse pelas aulas?” e “Por que tanta resistência em permanecer na sala de aula?” conduziram à constatação de que “alguns estudantes não conseguiam perceber a relação entre o conteúdo ministrado pelos docentes e a realidade vivida por eles; outros afirmaram que já trabalhavam na plantação de hortaliças e na criação de animais, e a escola não tinha conexão com essas atividades” (Lourenço, 2023, p. 12).

Inspirados na curiosidade epistemológica, conforme propõe Freire, professores e estudantes iniciaram um movimento de reinvenção das práticas educativas, com o objetivo de aproximar o currículo escolar das experiências concretas de vida e trabalho dos sujeitos do campo. Foi nesse cenário de busca por uma educação contextualizada e transformadora que nasceu o projeto Semana Camponesa do CED PAD-DF.

Mais do que uma atividade pontual, a Semana Camponesa consolidou-se como uma importante ferramenta pedagógica, contribuindo para o fortalecimento do projeto político-pedagógico da escola do campo. Ao articular saberes tradicionais, experiências dos agricultores, debates críticos e produção de conhecimento a partir da realidade local, o evento assumiu um papel formativo, integrando a prática educativa à vivência camponesa. Nessa etapa, toda a equipe escolar- direção, supervisão, coordenação pedagógica, professores, orientação educacional e grêmios estudantil participa ativamente da definição das temáticas e do planejamento das ações, em diálogo constante com os estudantes e suas famílias. Essa metodologia de construção coletiva expressa um princípio fundante da Educação do Campo: a autonomia e o protagonismo dos sujeitos do campo na elaboração de suas práticas educativas. Durante os semestres letivos, temas geradores são levantados e, por meio de debates coletivos, é escolhida a temática da semana. As atividades realizadas promovem o diálogo entre os conteúdos escolares e as práticas sociais do campo, valorizando o protagonismo dos sujeitos do território e reafirmando a identidade camponesa no espaço escolar.

Mais do que um simples evento escolar, a Semana Camponesa configura-se como espaço de formação, diálogo e articulação entre escola, currículo, saberes populares e científicos, comunidade e movimentos sociais do campo. Trata-se de um momento de intercâmbio de saberes e experiências, que envolve a participação de representantes de universidades e institutos federais, organizações populares e trabalhadores rurais, bem como a participação massiva de estudantes, docentes e funcionários da instituição, consolidando-se como uma prática de extensão educativa e cultural.

O foco do evento está na discussão de temas estruturantes da vida camponesa, como o trabalho rural, a agroecologia, o uso sustentável dos recursos hídricos e as questões ambientais e sociais que permeiam a produção agrícola no território. Esses debates e ações possibilitam uma abordagem crítica e reflexiva sobre o modelo de desenvolvimento vigente e seus impactos sobre os trabalhadores do campo, ao mesmo tempo em que fortalecem os princípios da sustentabilidade, da soberania alimentar e da justiça social, bem como da Educação do Campo.

Assim, a Semana Camponesa consolida-se como prática formativa, política e cultural, que reafirma o compromisso do CED PAD-DF com uma educação enraizada na realidade do território e comprometida com a transformação social. Nesse espaço de partilha e resistência, a escola torna-se um locus de formação de consciência

crítica, identidade e luta coletiva, contribuindo para o fortalecimento da Educação do Campo como projeto histórico de emancipação humana.

A seguir apresentamos uma síntese desenvolvida por meio dos estudos em que demonstramos a aplicação prática das três categorias (Trabalho, Organização Coletiva e Auto-organização) nas ações pedagógicas e culturais desenvolvidas pela escola:

TABELA 1– ARTICULAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS FORMATIVAS E AS AÇÕES DA SEMANA CAMPONESA DO CED PAD-DF

Categoria Formativa	Sentido Pedagógico	Ações e Práticas na Semana Camponesa
Trabalho	Compreendido como princípio educativo e base da formação humana, articulando a produção material e simbólica dos sujeitos do campo.	• Oficinas sobre trabalho rural, agroecologia e uso sustentável dos recursos naturais; • Debates sobre reforma agrária, previdência, direitos trabalhistas e justiça social; • Exposição de produtos agrícolas, saberes e tecnologias sociais criadas pela comunidade; • Integração entre práticas produtivas e reflexão crítica sobre o mundo do trabalho.
Organização Coletiva	Expressa a dimensão política e solidária da prática educativa, fortalecendo a gestão democrática e o pertencimento comunitário.	• Planejamento e realização coletiva do evento com a participação de educadores, estudantes e comunidade; • Parcerias com universidades, institutos federais, movimentos sociais e organizações populares; • Atividades culturais e apresentações de música, cavalgada, teatro e poesia camponesa como expressão da identidade coletiva; • Construção de espaços de diálogo e partilha entre escola e território.
Auto-organização	Representa a autonomia e o protagonismo dos sujeitos na condução de seus processos formativos e na transformação da realidade.	• Participação ativa dos estudantes da EJA na elaboração e execução das atividades; • Coordenação de oficinas, rodas de conversa e mediação de debates pelos próprios educandos; • Produção e socialização de trabalhos e experiências pedagógicas elaboradas pelos estudantes; • Exercício da autonomia e corresponsabilidade na gestão e avaliação do projeto.

Fonte: AUTORES, 2025

A tabela evidencia como o Projeto Semana Camponesa se constitui em um espaço privilegiado de materialização dos princípios pedagógicos. Nele, o trabalho adquire sentido educativo e emancipador; a organização coletiva consolida-se como prática democrática e solidária; e a auto-organização se afirma como caminho para a autonomia e o protagonismo dos sujeitos do campo. Assim, o projeto reafirma o caráter formativo, político e cultural do CED PAD-DF, expressando sua identidade como escola do campo comprometida com a transformação social e com a construção de uma pedagogia enraizada no território.

4. Considerações Finais

A trajetória histórica do CED PAD-DF expressa, de forma exemplar, os princípios fundantes da Educação do Campo, construída a partir da organização, da luta e do protagonismo das comunidades rurais. Desde sua origem, marcada pela mobilização popular e pelo compromisso coletivo em garantir o direito à educação, o CED PAD-DF constitui-se como um espaço de resistência e de afirmação da identidade camponesa. Sua história evidencia a educação como prática social e política, em consonância com o pensamento de Paulo Freire, ao compreender o ato educativo como processo de libertação e de transformação da realidade. A identidade da escola, forjada na relação entre trabalho, território e coletividade, reafirma o papel da escola do campo como lugar de produção de saberes, de valorização das culturas locais e de formação de sujeitos críticos e emancipados, comprometidos com a construção de uma sociedade justa, solidária e plural.

As categorias Trabalho, Organização Coletiva e Auto-organização articulam-se de forma indissociável na proposta formativa do CED PAD-DF, configurando um projeto educativo que une a prática social à construção do conhecimento e à transformação da realidade. O trabalho, como princípio educativo, expressa a dimensão ontológica da formação humana e sustenta a integração entre fazer e pensar; a organização coletiva traduz o caráter político-pedagógico da ação educativa, ao fortalecer os vínculos de solidariedade, cooperação e participação democrática; e a auto-organização manifesta o exercício da autonomia e do protagonismo dos sujeitos, que assumem conscientemente a condução de seus processos formativos.

Juntas, essas categorias constituem os pilares da práxis formativa que orienta a Educação do Campo: uma educação que nasce do chão da realidade, valoriza os saberes populares e se compromete com a emancipação humana. No CED PAD-DF, elas se materializam em práticas pedagógicas que vinculam trabalho, pesquisa e ação comunitária, reafirmando a escola como espaço de formação crítica, resistência e construção coletiva de um outro projeto de sociedade - fundado na justiça social, na equidade e na valorização das identidades camponesas.

Desse modo, o Projeto Semana Camponesa consolida-se como uma das expressões mais significativas da identidade formativa do CED PAD-DF, ao articular a prática pedagógica cotidiana com os princípios da Educação do Campo e da pedagogia emancipatória. Sua realização reafirma a escola como território de diálogo entre saberes populares e científicos, fortalecendo a consciência crítica dos sujeitos do campo e sua capacidade de organização coletiva. Ao integrar trabalho, cultura, luta social e formação humana, a Semana Camponesa traduz o compromisso político e educativo da instituição com a transformação das condições de vida e de trabalho no meio rural, fazendo do espaço escolar um lugar de resistência, pertencimento e produção de conhecimento comprometido com a justiça social e a valorização das identidades camponesas.

Referências

ARROYO, M.G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 748- 755.

COSTA, D. V. da. O trabalho como categoria ontológica e como princípio educativo. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 15510–15521, 2019. DOI: 10.34117/bjdv5n9-132. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3282>. Acesso em: 30 oct. 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papirus, 2003.

FRIGOTTO, G. (2012). A produção social da existência: Base dos processos de ensinar e aprender. *Cadernos De Educação*, (20). <https://doi.org/10.15210/caduc.vi20.1454>

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista*. 5ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LOURENÇO, V. J. *Caminhos para transformação da forma escolar: um estudo da organização do trabalho pedagógico no CED PAD-DF*. 2023. 143 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa de Educação Ambiental e Educação do Campo) Universidade de Brasília, Planaltina, 2023.

MARX, K. A ideologia alemã. Marx & Engels. In: *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Editora Moraes, 1976

MOLINA, M. C. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. *Educ. Soc.*, n. 38 (140), p. 587-609, 2017.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/EPJSV, v. 1, n.1, mar. 2003.

URCHEI, Tainá Metelaro. *Pedagogia do MST: educar para transformar?* Curitiba: Appris, 2017.